

# Morte, vida e mistério: uma história contada nas lembranças de infância

MAGDA SARAT

Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste/Unicentro-PR

## **RESUMO**

Este trabalho discute a história da infância a partir da história oral e de vida recolhidas nas lembranças de pessoas com idade entre 50 e 90 anos. Objetivando compreender as relações entre adultos e crianças no tocante à sexualidade, representada no nascimento de bebês, e à morte, na perda de pessoas da família, descobre-se o lugar da criança no espaço familiar evocado pela memória.

**Palavras-chave:** História. Infância. Memória

## **ABSTRACT**

This work discusses the history of childhood based on oral and life history collected in the memories of people at the age between 50 and 90. With the aim of understanding the relations between adults and children in connection to sexuality, represented in the process of birth and death within families, the place of the child within the family domain, evoked by memory, is found.

**Key words:** History. Childhood. Memory

**H**istórias de vida e também de morte... A história da infância e das crianças em geral vem sendo contada, recentemente, sob os mais diferentes enfoques. Temos a contribuição de diversos campos científicos, como a História, a Filosofia, a Pedagogia, entre outros – podendo ser representados por diversos autores (ARIÈS, POSTMAN, KUHLMANN, PRIORE, TEDRUS, ITURRA, OLIVEIRA, FARIA, VIDIGAL etc) – que buscam detectar as relações entre adultos e crianças nesse período da vida em que os seres humanos são bastante dependentes uns dos outros, especialmente se considerarmos os primeiros anos. Nesse sentido, contaremos uma história a partir do ponto de vista de adultos que viveram sua infância na primeira metade do século XX e que atualmente estão na faixa etária entre 50 e 90 anos. Assim, tive o prazer de ouvir histórias de vida de cinco pessoas que viveram no interior dos estados de São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais e que relataram reminiscências de sua infância individual, marcada coletivamente pela diversidade do grupo, comunidade ou família da qual fizeram parte.

São histórias de três mulheres e dois homens de diferentes escolaridades, religião, profissão e geração, mas que tinham em comum o fato de terem passado pela infância na primeira metade do século XX e que, com suas experiências, contribuíram na construção de uma parte da história da infância pela qual eu me interessava [1] e sobre a qual procurava informações. O interesse por tais pessoas foi, a princípio, baseado no critério de idade. Busquei indivíduos cuja variação de idades compreendia um período de cinco décadas. O fato de serem pessoas de Estados diferentes foi consequência das relações que estabeleci, em períodos de mudança para estudo e trabalho, com esses lugares onde tive contato com tais pessoas. Dessas pessoas, dona Terezinha e Dona Jair foram professoras, dona Maria Helena trabalhava em escola como cozinheira. Sr. Hélio e Sr. Obede foram agricultores. Na época da entrevista a maioria estava aposentada, somente dona Maria Helena ainda trabalhava. Cheguei ao encontro de todos eles por meio de amigos ligados à Igreja Metodista ou a instituições confessionais na qual trabalhei, e as quais direta ou indiretamente cada um estava ligado. Atualmente, residem em Piracicaba, São José do Rio Preto e Campo Grande. Destes, somente Dona Jair faleceu, aos 93 anos de idade.

Mesmo considerando as diferenças de uma geração para a outra – aspecto que está mais explicitado no trabalho de dissertação –, foi possível perceber no grupo

1 - Este artigo é um recorte dos temas discutidos na dissertação de mestrado intitulada "Lembranças de infância: que história é esta?", defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

escolhido muitas semelhanças e proximidades entre as experiências individuais, especialmente no recorte que será destaque neste trabalho, ou seja, os temas relacionados à sexualidade, nascimento e morte, assuntos que foram “mistério” para esses indivíduos quando crianças.

A opção pela história oral e pela história de vida foi a motivação deste trabalho, no que concerne à possibilidade de ouvir pessoas anônimas relatando experiências, registrando histórias, vivências, e principalmente pelo fato de que a história oral consiste numa produção e numa construção de documentos que nos aproximam das pessoas. HALBWACHS (1990:67) aponta que “a história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado”, tornando-se assim uma possibilidade a ser construída – não só pela história oficial, documentada, registrada, mas também a partir da história vivida, que correu à margem, perpetuando-se e renovando-se através do tempo e das gerações. Nesta tarefa foi possível contar com outros teóricos envolvidos na pesquisa com história oral e memória, entre eles BOSI, THOMPSON, DEMARTINI, AMADO, FERREIRA, SIMSON, MEYHY, PORTELLI, ALBERTI, além de outros.

Podemos afirmar, com THOMPSON (1998), que a história oral não é necessariamente um instrumento de mudanças, mas que pode ser um meio de transformar tanto o conteúdo como a finalidade da história. De acordo com essas possibilidades, perceberemos sua utilização como forma de alterar o próprio enfoque da história, procurando revelar novos focos de investigação, pois através da história oral é possível derrubar barreiras entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior. Por outro lado, é a possibilidade de devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, com recurso às suas próprias palavras ou, no caso deste trabalho, mediante suas próprias experiências de infância, ajudando a pensar a compreensão da infância de outras crianças e de outros enfoques para a pesquisa que eu particularmente empreendia, bem como buscando compreender o modo como se constroem nossas concepções de infância e como, a partir dessas concepções, nos envolvemos com as crianças e seu atendimento na Educação Infantil, área profissional em que atuo e que tem a criança e a infância como centro.

A história oral surge como possibilidade de trazer à tona e registrar o que há muito as pessoas sabiam, falavam, vivenciavam, fazendo uso de suas histórias pessoais e das relações estabelecidas com a sociedade, isto é,

trabalhando com a riqueza presente no cotidiano, dando voz aos diferentes atores, admitindo, valorizando, buscando ouvir uma infinidade de sons produzidos em diversas perspectivas e acreditando, assim, que

“a história da vida cotidiana e privada é, finalmente, a história dos pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas ‘de lado’. Porém nesse inventário de aparentes miudezas reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma” (PRIORE, 1997: 274).

Sendo assim, procurei privilegiar neste trabalho um recorte específico, referindo-me às lembranças de assuntos que foram “supostamente” proibidos às crianças, ou seja, à percepção de que algumas situações eram omitidas no discurso familiar ou envolvidas em mistérios dos quais as crianças não tomavam parte. Entre elas estariam os temas relacionados aos conceitos de vida e de morte – à vida representada pelo nascimento de irmãos e irmãs e à morte de parentes ou pessoas próximas da família. Procurando, por meio dessas questões, compreender como se estabeleciam as relações com os adultos e a forma como as crianças eram tratadas nesse universo familiar de relatos orais e de experiências vividas, tentaremos discuti-las à luz das referências teóricas produzidas pela história da infância e pela contribuição da obra do sociólogo Norbert Elias.

#### GERANDO A VIDA

No curso mais longo de um processo de civilização, a privacidade nos relacionamentos surge como uma necessidade de normatização de determinado padrão de comportamento e cria espaços próprios no relacionamento social entre os indivíduos. Esse aspecto do comportamento, caracterizado pela privacidade, distingue um modo de relacionar-se que marca também o convívio entre adultos e crianças que, segundo ARIÈS (1981:129), se constitui na “grande reforma moral, inicialmente cristã e a seguir leiga, que disciplinou a sociedade aburguesada do século XVIII e sobretudo no século XIX”.

Para as crianças, considerando-se principalmente o período da infância dos entrevistados (primeira metade do século XX), os espaços de privacidade parecem se constituir numa regra social inquestionável, na qual as crianças

tinham internalizado uma determinada forma de comportar-se que as separavam dos adultos. Tal forma de relacionar-se regia-se por meio de códigos, normas, pistas, características que apontavam, ainda que subjetivamente, os limites que não poderiam ser transpostos, podendo ser representados por um olhar: “Naquele tempo a criança sabia, o pai dava uma olhada feia e era o suficiente” (Sr. Hélio, 70 anos). Este universo de regras e condutas que surge historicamente acaba por determinar um comportamento para as crianças, conforme nos aponta POSTMAN (1999:63), inspirado na teoria de Elias:

Quando o conceito de infância se desenvolveu, a sociedade começou a colecionar um rico acervo de segredos a serem ocultados dos jovens: segredos sobre relações sexuais, mas também sobre dinheiro, sobre violência, sobre doença, sobre morte, sobre relações sociais. Surgiram até linguagens secretas – isto é, um repertório de palavras que não podiam ser ditas na presença de crianças.

A coleção de “segredos” ou os tais “assuntos de adulto” estavam restritos a seus pares, as crianças não poderiam ter acesso a eles, sob pena de receberem sanções e castigos como consequência. Tais assuntos eram conversados quando adultos estavam juntos, quando se visitavam, se encontravam em família ou na comunidade. A prática de visitarem uns aos outros era muito comum entre as famílias. Quando crianças chegavam junto com o adulto, elas saíam para outros espaços, mas sempre fora da casa:

“Quando chegava visita, as crianças tinham que ir lá pra fora, pra brincar”. (dona Terezinha, 60 anos)

Se chegava outras pessoas, de outro lugar, para conversar com os pais, a gente mesmo não passava nem perto, não via! A gente via que chegava, mas não via a pessoa, se era preto, se era branco, né? Porque não podia ver, se alguém pedisse um copo de água, trazia de cabeça baixa e entregava; a pessoa tomava a água, a gente baixava a cabeça e nem olhava para trás; ia embora, porque se olhasse para trás....! (dona Maria Helena 50 anos)

Nesse espaço do adulto, às vezes as conversas despertavam o interesse e a curiosidade das crianças, mas não poderiam ser especulados por elas, conforme o relato de dona Maria Helena destaca: “Se olhasse pra trás!...”. Está implícito que a criança sabia como os pais reagiriam posteriormente, mesmo que as conversas girassem em torno das trivialidades do cotidiano e não

se constituíssem em algo tão “misterioso” que não poderia ser ouvido.

No contexto da privacidade com relação à sexualidade, as reminiscências do tempo da infância de cada pessoa, apontam o nascimento de irmãos ou de outras crianças como uma experiência marcante que se caracterizou por aspectos confusos e misteriosos, passíveis das explicações mais “fantásticas”. Aparentemente as crianças aceitavam as justificativas ou a ausência delas, fornecidas pelos adultos. Os relatos ilustram a questão:

Eu lembro que quando nascia alguém (minha mãe perdeu dois), meu pai mandava a gente embora de casa. Chamava a parteira, naquele tempo não era médico, aí então, meu pai mandava a gente embora com os parentes, para não ficar enquanto a criança nascesse, isso eu lembro. A gente tinha vergonha, a gente pensava, porque será que tem que sair de casa? Mas não perguntava para os pais, eles só falavam que agora a gente tinha que ir para a casa de alguém. Aí voltava para casa e ficava tudo bem. Os pais não falavam nada, a gente não sabia de onde vinha, se foi a parteira que trouxe. (sr. Hélio, 70 anos)

Ah! não esse negócio, não comentava não, criança não tinha que saber de nada disso não, era completamente, (...) isso só para adulto. As crianças diz que era a cegonha que trazia, e eu claro acreditava a cegonha trouxe e não tinha conversa! A esposa de meu pai teve uns cinco ou seis filhos depois, quando era pra hora de ter neném levava a gente pro vizinho essas coisas, ninguém participava, isso aí criança não participava, de nada, não podia nem saber, as crianças não comunicava com os mais velhos nesse sentido. (sr. Obede, 81 anos)

Além da ausência de explicações, a família utilizava-se do aspecto fantástico para diminuir a curiosidade. Assim, disseminavam-se histórias nas quais o nascimento de bebês era procedente da “cegonha”, do “repolho”, da “couve” ou da idéia de que “pegavam no rio”. A criança acabava imaginando possibilidades de respostas, conforme o relato de seu Hélio, que acreditava que o recém-nascido poderia ter sido trazido pela parteira.

Nesse contexto, podemos desconfiar de que o suposto “mistério” que envolvia as relações entre adultos e crianças, está presente como uma tentativa

de fortalecer os graus de privacidade de uma sociedade ou de um grupo, regido por determinadas leis, normas e comportamentos em um dado momento histórico. Conforme ELIAS (1994), tais comportamentos e normas estão se estabelecendo e direcionando o processo civilizatório, aumentando os padrões de vergonha e recato, a partir da transferência de determinadas situações para o fundo da cena social [2], o que ajuda a controlar a vida social e privada dos indivíduos. Mas nem todas as famílias optavam pela omissão de informações. Algumas se valiam das explicações fantásticas, mas satisfaziam de algum modo a curiosidade dos pequenos, conforme nos conta dona Maria Helena:

Eu fiquei sabendo assim (...) o pai falava assim, a sua mãe vai ficar aqui no quarto e vai passar um passarinho aí por cima, um passarinho muito grande, e ele vai trazer um neném pra sua mãe, e vocês não pode ver, vocês só vão escutar o choro, é a cegonha que já trouxe para a sua mãe. Só que a sua mãe não vai levantar durante três dias. A gente ficava numa outra casa, porque a gente não via, porque meu pai não deixava ver de jeito nenhum!

Outro aspecto presente era a mudança temporária da criança para outros lugares enquanto a mãe dava à luz. Muitas vezes eram os parentes ou os empregados que cuidavam dos menores enquanto a casa era preparada para receber outra criança. A mudança provocava ansiedade e principalmente curiosidade sobre os motivos que haviam provocado tal exílio. Esta saída de casa para outros lugares se verificava em todas as famílias, talvez como alternativa de preservar a mãe e a criança.

Em períodos anteriores, provavelmente esta não seria uma necessidade, pois as mudanças com relação ao controle da sexualidade estão presentes neste momento, em decorrência de transformações sociais e históricas. Tais mudanças dos padrões de recato, vergonha e moralidade passam a impedir relacionamentos que em outras épocas seriam considerados naturais e seriam permitidos na presença da criança, conforme nos aponta ARIÈS (1981:128): "(...) a prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte do costume da época. Na família Pascal, Jaqueline Pascal aos 12 anos escrevia versos sobre a gravidez da Rainha". Neste contexto, é possível concordar com o autor em que as mudanças de atitude diante da sexualidade divergem e variam de acordo com a época e as mentalidades.

2 - Tomaremos o conceito da teoria de Elias apontando que tudo que pode indicar mudança de comportamento e retirada das características animais ou incivilizadas, muda nesse processo contínuo de formação: como será mostrado que as pessoas, no curso do processo civilizatório, procuram suprimir em si mesmas todas as características que julgam 'animais' (...) a tendência cada vez mais forte de remover o desagradável da vista, o repugnante é removido para o fundo da vida social (ELIAS, 1994:128).

Outro aspecto que diz respeito somente às meninas foi a experiência com relação ao surgimento da menarca. Tal acontecimento, para elas, é marcado por sensações de ansiedade, medo, curiosidade, desconfiança, aspectos assustadores envolvendo valores de moralidade e repressão sexual, os quais refletem a construção histórica e cultural que envolve a educação feminina:

Quando eu menstruei pela primeira vez, minha mãe chegou para mim e disse: Olha que santidade! Esse é o segredo de Nossa Senhora! Veja que coisa pura, que coisa mais linda! E eu conheci a menstruação como o segredo de Nossa Senhora. (dona Terezinha, 60 anos)

Esse negócio de menstruação nunca minha mãe me falou nada! Nunca explicou nada e quando veio para mim, (...) assim porque eu sou a única filha dela, veio e eu se assustei, assustei grande! Quando veio, fiquei até doente, porque eu não sabia, eu falei (...) oh! Eu gostava muito de subir em arvoredo, pau, e eu pensei: machuquei, e agora como falar para minha mãe? Minha mãe vai bater, porque como que vai acontecer isso, porque já vi falar que quando vem isso é porque a gente não é mais moça, quer dizer com aquilo me preocupei muito! (dona Maria Helena, 50 anos)

Nesses casos, a falta de informações está relacionada à moralidade e ao recato, comportamento imposto às mulheres. As mães não são consultadas, as meninas são movidas pelo medo das conseqüências e passam a relacionar a menstruação com uma suposta perda da virgindade; ou, ao contrário, pela manutenção da virgindade, associada ao exemplo da figura mística de Nossa Senhora. Ou seja, eram comportamentos esperados e experiências proibidas e colocadas no fundo da cena social, constituindo-se em tabu.

Em sociedades mais remotas, a história da infância indica que as crianças aprendiam e vivenciavam determinadas experiências, participando socialmente com maior liberdade junto aos adultos e aprendendo com eles, pois não estava clara a percepção de que as crianças eram pessoas com características diferentes dos adultos. Conforme nos indica ARIÈS (1981:81), "o antigo modo de vida não separava as crianças dos adultos, nem através do traje, nem através do trabalho, nem através dos jogos, e brincadeiras".

Entretanto, as transformações que se processaram começam a perceber a



criança como pessoa diferente do adulto, com características próprias e que precisava ser tratada de forma diferenciada (ARIÈS, 1981). A infância passa a ser vista como possibilidade de preparação para a vida adulta, adquirindo um modo de relacionamento no qual as crianças precisavam aprender de acordo com as regras e normas do seu grupo, adquirindo e ampliando o conhecimento necessário para viver com seus pares no cotidiano. Sobre isso ELIAS (1994:145):

As crianças têm no espaço de alguns anos que atingir o nível avançado de vergonha e nojo que demorou séculos para se desenvolver. A vida instintiva delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e modelagem específica que dão à nossa sociedade seu caráter e que se formou na lentidão dos séculos. Nisto os pais são apenas os instrumentos, amiúde inadequados, os agentes primários de condicionamento. Através deles e de milhares de outros instrumentos, é sempre a sociedade como um todo, todo o conjunto de seres humanos, que exerce pressão sobre a nova geração, levando-os mais perfeitamente, ou menos, para seus fins.

No contexto dos relatos, a questão da sexualidade como um comportamento que precisa ser aprendido e normatizado passa a fazer parte do que Elias caracteriza como sendo as situações que passam para o fundo da cena social, indicando a dificuldade dos adultos em lidar com essas situações frente às crianças que precisavam aprender a distinguir o que seria “assunto de adulto”.

No momento em que os assuntos relativos à sexualidade são proscritos do ambiente social e se tornam tabus, a criança passa a não obter mais as informações nas expressões do cotidiano: é só quando cresce a distância entre adultos e crianças que o “esclarecimento das questões sexuais” se torna um “problema agudo” (ELIAS, 1994:179). Tais assuntos foram – e são – silenciados para as crianças.

Nas reminiscências da infância apontadas até aqui, é possível dizer que tais questões são marcadas ora pela omissão dos pais, ora pela explicação fantasiosa na tentativa de dirimir dúvidas e satisfazer a curiosidade das crianças. Em outro contexto, vamos ter nas histórias a experiência da morte, que também comparece nos relatos de vida.

#### VIVENDO A MORTE

Tanto o nascimento como a morte são fenômenos naturais da vida humana. Entretanto constituem-se temas difíceis de serem tratados com as crianças. Assim como a sexualidade em determinados períodos, a morte também, na opinião de ELIAS (2001), tem sido assunto colocado pela sociedade no fundo da cena social. Nesse caso, falar sobre a morte desperta curiosidade nas crianças e temor nos adultos, que parecem buscar o maior distanciamento possível da questão. Diferentes elementos são utilizados para maquiagem o seu conteúdo e torná-lo mais atraente ou mais compreensível, até mesmo para nós, adultos.

As histórias de vida trazem experiências das crianças frente a situações de morte, através de relatos que lembram tanto a participação da criança em rituais junto aos adultos, como a ausência de explicações diante da perda iminente de pessoas da família. Por fim, há o silêncio e a omissão em falar sobre o assunto, por parte dos adultos: “Eu lembro que meu avô morreu e eu rezava para ele não morrer, não tinha explicação, instrução, não tinha nada” (dona Terezinha, 60 anos).

Neste contexto, procuraremos discutir a questão do tratamento dado à morte nas lembranças de infância e nos relatos de vida inspirando-nos no pensamento de Norbert Elias, expresso na obra *A solidão dos moribundos* (2001), que foi um dos livros escritos pelo autor já no final da sua vida, quando estava com 85 anos. HEINICH (2001:60) aponta que a constatação realizada por Elias

“está colorida, pela primeira vez em sua obra, por uma certa inquietação e até mesmo uma discreta reprovação em relação a um fenômeno cujos efeitos negativos sobre a economia emocional são percebidos por ele: nesta forma particular de ‘impulso de civilização’ não se trata do domínio dos afetos mas sim da repressão, com todos os inconvenientes em que isto se implica”

Sabe-se que tal temática demanda uma reflexão aprofundada, filosófica, existencial, podendo ser abordada por diversas áreas de conhecimento; porém o objetivo deste trabalho tem seu limite utilizando como referência a história de vida das pessoas entrevistadas e a sociologia referenciada nas obras de Elias.

Tal como o nascimento, a morte para alguns também estava envolvida numa névoa de mistério e era justificada com explicações místicas. Muitas vezes tais explicações decorriam da confissão de fé da família, ou seja, as respostas satisfaziam a religiosidade da casa e as crenças de cada grupo. Com frequência

estão presentes o “céu”, o “paraíso”, o “purgatório” e o “inferno”. (Há que explicar que todos os entrevistados são cristãos, católicos e protestantes, tendo conceitos e teorias parecidas acerca da vida após a morte.)

A princípio, as histórias de vida também indicam os aspectos fantásticos em torno da vida e da morte, a participação ou a ausência das crianças em rituais e cerimônias e a negação de explicações acerca do tema, causando ansiedade, insegurança e até o medo nas crianças. Em um dos relatos é possível perceber esse aspecto místico do tratamento dado:

Eu me lembro que uma vez eu vi o papai chorar e perguntei para a mamãe porque ele estava chorando, e a resposta foi porque a Junia vai embora... Mas eu falei: Mas a senhora segura a Junia, não deixa ela ir embora, porque que vai nos deixar? Aí ela me contou sobre a morte. Foi de uma maneira tão bonita, que não me chocou, dizendo que ela ia para Jesus, ela vai ficar no Reino de Deus e lá é lugar de amor, não tem mentira, não tem hipocrisia. (dona Jair, 90 anos)

A morte – ou o problema social da morte – se constitui em problema fundamental para os seres humanos, pois, como lembra ELIAS (2001), só os seres humanos têm conhecimento de que em algum momento ela chegará e colocará um fim em seus projetos. Esse conhecimento acerca da possibilidade de morrer está presente desde o nascimento. Portanto, desde os tempos mais remotos buscam-se diferentes formas de lidar com a questão, seja mitologizando-a, seja afastando-a do nosso convívio, seja buscando a imortalidade, enfim, explicações que possibilitem continuar convivendo com essa premissa irrevogável e fatal que atinge todas as pessoas. Ou, como diria uma personagem do poeta Ariano SUASSUNA (1993:56),

“cumpriu sua sentença e encontrou-se com o único mal irremediável, aquilo que é a marca de nosso estranho destino sobre a terra, aquele fato sem explicação que iguala tudo o que é vivo num só rebanho de condenados, porque tudo o que é vivo morre”.

Tanto o nascimento como a morte, em períodos anteriores, eram questões mais públicas, portanto mais sociáveis e menos privatizadas. Um dos aspectos

dessa privatização é a relutância dos adultos diante da familiarização das crianças com os fatos da morte, omitindo-se um fato natural da vida que elas terão que vir a conhecer e compreender. Nesse sentido, ELIAS (2001:26) escreve:

“Uma vaga sensação de que as crianças podem ser prejudicadas leva a se ocultar delas os simples fatos da vida (...). Mas o perigo para as crianças não está em que saibam da finitude de cada vida humana, inclusive a de seu pai, de sua mãe e de sua própria (...). A dificuldade está em como se fala às crianças sobre a morte, e não no que lhes é dito. Os adultos que evitam falar a seus filhos sobre a morte sentem, talvez não sem razão, que podem transmitir a eles suas próprias angústias”.

Entretanto, segundo o autor, em épocas mais antigas, a morte esteve presente na literatura, na poesia e no teatro, sendo assunto corriqueiro com o qual as pessoas se relacionavam. A visão de corpos se decompondo era lugar-comum, mesmo para as crianças. A morte estava presente, sendo permitido falar dela com relativa liberdade, o que não acontece atualmente, isto é,

“nunca antes na história da humanidade foram os moribundos afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social; nunca antes os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte à sepultura” (ELIAS, 2001:31).

A prática social de celebrar o ritual fúnebre foi banida do ambiente familiar. E esse desprezo de significado chega ao controle das emoções, que não podem ser expressas de forma ostensiva, desde que “os tabus proíbem a excessiva demonstração de sentimentos fortes, embora eles possam acontecer” (ELIAS, 2001:36)

Essa questão, discutida à luz das histórias de vida, pode ser observada no relato de dona Jair, com relação às emoções do seu pai. Ela diz tê-lo visto chorar somente uma vez, por ocasião da morte da filha Junia, irmã de Dona Jair. Tal situação foi explicada para a criança mediante uma metáfora da “viagem” que a irmã faria, e posteriormente a mãe justifica contando sobre o “céu” que ela chama de “Reino de Deus”. A justificativa se remete às crenças familiares e à possibilidade de que haveria um outro local que garantiria o prolongamento da vida.

Um modo de afastar o medo que se tem da morte, inclusive entre os adultos, é propagando a concepção de uma crença firmada não só na transitoriedade desta vida, mas na promessa de continuidade futura. Tais concepções individuais ou coletivas sobre o fenômeno da morte estão muito ligadas à religiosidade de cada indivíduo. As implicações a serem extraídas do exemplo de dona Jair foram abordadas por ELIAS (2001: 44), indicando que provavelmente “o medo da nossa própria transitoriedade é amenizado com ajuda de uma fantasia coletiva de vida eterna em outro lugar”, e podem ser discutidas através de outras abordagens e crenças que apontam espaços de continuidade da existência humana em outras dimensões.

Num outro relato temos um contraponto a esse distanciamento das crianças dos rituais e cerimônias, representado pela história de dona Maria Helena. Entretanto vale ressaltar que dona Maria Helena é descendente de indígenas e passou toda sua infância no interior do Mato Grosso, numa comunidade que ela denomina de “bugres”, por não lembrar a procedência e o nome do seu grupo, e na qual era tradição esse tipo de ritual:

Assim, quando morria uma pessoa eles botavam na mesa, e ali ficava, as vez a noite inteira. Aí, pegava folha de acuri, não sei se você conhece, furava o chão e fincava aquelas folhas grandes, virava e ficava ali a noite inteira. Pra enterrar botava dentro de uma rede, levava e enterrava no mato mesmo. E eles também tinha o costume de quebrar ramo verde e enquanto ia levando o defunto eles iam batendo em cima gritando, até chegar no lugar onde tinha que enterrar. Enterrava com rede e tudo. Aí ia todo mundo, as crianças também acompanhavam porque isso era longe! Todo mundo ia junto. (dona Maria Helena, 50 anos)

Atualmente, no contexto de assepsia e de afastamento da morte do cotidiano, os rituais e o caráter doméstico que envolviam a questão foram relegados a profissionais e instituições, sendo banidos para um *locus* específico de tratamento. Assim, pessoas credenciadas para tal tarefa são responsáveis e controlam o afastamento do ambiente familiar e dos vínculos de proximidade. A prática social – tão cheia de significado – de receber o corpo em casa, ou acompanhar e preparar o corpo e o ritual fúnebre, como no relato de dona Maria Helena, para as últimas despedidas foi banida do ambiente familiar e entregue a empresas que realizam tal tarefa.

Desse modo, ainda que as histórias divirjam quanto a sua origem, é possível destacar que o distanciamento da morte e o tratamento dado a ela pela sociedade mudou ao longo dos períodos. Talvez as crianças sejam os indivíduos mais preservados desse medo coletivo, que nos ameaça e que provavelmente tentamos amenizar por meio dos subterfúgios que criamos, buscando a compreensão de um fenômeno que não deixa de ser natural, materialmente ligado à finitude e, metafisicamente, para muitos, à idéia de recomeço de todas as relações.

#### VIDA E MORTE COMO ASPECTOS DA MESMA QUESTÃO

Finalmente, colocar a vida como o nascimento e a morte como o falecimento – início e fim de todas as expectativas e projetos humanos – de um mesmo lado pode ser interessante, pois tentamos discutir como estão intrinsecamente ligados na educação dada às crianças em nossa sociedade. Porém, são temas que passam por uma flexibilização dos comportamentos e têm caráter mutável em cada período histórico, atendendo à necessidade de cada momento da organização social. Concordamos com ELIAS (2001:53) em que

“tanto a sexualidade como a morte são fatos biológicos moldados pela experiência e pelo comportamento de maneira socialmente específica, isto é, de acordo com o estágio alcançado pelo desenvolvimento da humanidade, e da civilização como um aspecto desse desenvolvimento”

Se em determinado momento o comportamento diante da sexualidade foi rigidamente controlado – e isso podemos perceber ainda na primeira metade do século XX, período em que se passou a infância dos entrevistados –, atualmente podem-se perceber padrões e normas mais “relaxados” com respeito à questão. Quanto a isso, os próprios entrevistados concordam quando se referem à liberalidade atual, e sobre a questão dona Terezinha diz: “(...) faz pouco tempo que o mundo desbundou de vez”.

Em contrapartida, a morte, que anteriormente contava com certo grau de participação das crianças nos rituais e cerimônias, atualmente recebeu um tratamento mais controlado. A assepsia, a institucionalização e o cuidado que envolvem o acontecimento afastam as pessoas e principalmente as crianças de qualquer tipo de envolvimento, mesmo os ritualísticos. Atualmente, parece ser mais difícil para as famílias se envolverem nos rituais e na preparação do corpo da pessoa morta, pois esse serviço é da alçada de profissionais, evitando-se também a presença da criança nos rituais (funerais, velório, cemitérios, missas, cultos etc.)

que envolvem a morte. A criança, por não ver ou não participar diretamente, acaba percebendo a reação e a emoção dos adultos, o que suscita dúvidas e questionamentos. Para dirimir as dúvidas, os pais contam histórias baseadas na sua concepção a respeito do tema.

Assim, percebe-se que o tratamento dado pela sociedade aos temas sexualidade e morte mudou ao longo do processo civilizador. Segundo ELIAS (2001: 49), “problemas sexuais podem ser discutidos publicamente num novo patamar de franqueza, mesmo com as crianças”, o que aparentemente não ocorreu com o tema da morte. Para ELIAS (2001), a morte presente, doméstica e pública no passado, hoje se encontra ladeada pelos padrões da vergonha e da repugnância, sendo objeto de interdição que precisa ser expurgado dos círculos sociais. É necessário, pois, encontrar agora, mais do que nunca, as justificativas e as explicações fantásticas para as crianças, quando elas reivindicam respostas para a morte de pessoas próximas.

Nesses casos, o que lhes contamos habitualmente é que o vovô ou a vovó viraram “estrelas”, “nuvens”, “anjinhos”, ou “foram viajar”, ou estão “descansando num grande e belo jardim no céu”. Tais metáforas nos permitem desconfiar de que hoje “as crianças já não nascem em couves, porém os velhos desaparecem entre as flores” (MARANHÃO, 1998:10). Tais explicações são comumente usadas com as crianças, e dificilmente elas presenciaram ou vivenciaram experiências com a morte ainda na infância. Naturalmente que não queremos incorrer em generalizações, pois sabemos que há inúmeras situações nas quais as crianças convivem cotidianamente com morte, miséria, doença, guerras e violência, em inúmeras partes do planeta. É possível que tal distanciamento se dê pelo fato de acreditarmos que a cada dia mais nos aproximamos do término da vida, de um fim que tentamos negar a todo momento e que a humanidade ainda não conseguiu dominar totalmente. Ainda que a medicina prolongue a vida e aumente os índices de longevidade, o óbito é a culminância da nossa existência, pelo menos numa perspectiva material.

No entanto, conforme nos indica ELIAS (2001), o que muda é a forma como a sociedade e como nós lidamos com essa questão, como a refletimos e a problematizamos junto às crianças. As crianças, certamente, são alvo daquilo que os adultos, pensam a respeito. São as nossas concepções referentes à vida, à morte e à história que são repassadas às gerações posteriores. Assim sendo, gostaria de mais uma vez recorrer a ELIAS (2001), ao dizer que o que pode ser mais terrível que a morte é a dor e a *solidão dos moribundos*, daqueles que estão a sua

espera, ou ainda o sofrimento e o sentimento de perda por alguém que amamos. A fatalidade com que a morte ocorre é inevitável, e só sentimos esse pesar por estarmos ligados uns aos outros. O que podemos buscar em vida são possibilidades de envelhecer próximo às pessoas que amamos, de forma que a amizade e o sentimento permaneçam, e para que os que morrem não se sintam como um peso ou um embaraço para os vivos. Pensando assim, do alto de seus 85 anos, ELIAS (2001:77) sugeriu que:

Talvez devêssemos, falar mais aberta e claramente sobre a morte, mesmo que seja deixando de apresentá-la como um mistério. A morte não tem segredos. Não abre portas. É o fim de uma pessoa. O que sobrevive é o que ela ou ele deram às outras pessoas, o que permanece nas memórias alheias. Se a humanidade desaparecer, tudo o que qualquer ser humano tenha feito, tudo aquilo pelo qual as pessoas viveram e lutaram, incluídos todos os sistemas de crenças seculares e sobrenaturais, torna-se sem sentido.

É provável que o que dá sentido à vida seja a nossa capacidade de nos relacionarmos uns com os outros. A vida e as concepções que temos a respeito do que seja importante para nós podem encerrar-se com a morte, mas permanecerão na memória, na educação e na história das gerações, através das crianças. Estas, sim, são os descendentes de uma geração que possibilitará a continuidade de uma história – história que, neste trabalho, pretendeu ser contada a partir da vida, da morte e do mistério presente em cada ser humano.

#### ***BIBLIOGRAFIA***

ALBERTI, Verena. “Ensaio bibliográfico. Obras coletivas de história oral”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, pp 206-219, 1997.

AMADO, Janáina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ARIÈS, Phillipe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos Editora, 1981.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994



DEMARTINI, Zeila. "Algumas reflexões sobre a pesquisa histórico-sociológica tendo como objeto a educação da população brasileira". In: *História e História da Educação*. SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE, José Luís (orgs). Campinas-SP: Autores Associados: HISTEDBR. (Coleção Educação Contemporânea), 1998.

—. "Infância, pesquisa e relatos orais". In: FARIA, Ana Lúcia, DEMARTINI Zeila & PRADO, Patrícia (orgs). *Por uma Cultura da Infância: Metodologias de Pesquisa com Crianças*. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

ELIAS, Norbert. *A Solidão dos Moribundos: Seguido de Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

—. *O Processo Civilizador: uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. *Educação Pré-Escolar e Cultura: para uma Pedagogia da Educação Infantil*. Campinas-SP: Unicamp-Cortez, 1999.

FERREIRA, Marieta, FERNANDES, Tânia & ALBERTI, Verena. (orgs). *História Oral: Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CPDOC-Fundação Getúlio Vargas, 2000.

GÉLIS, Jacques. "A individualização da criança". In: ARIÈS, Phillipe & CHARTIER, Roger.(org). *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, pp.311-329. (Coleção História da Vida Privada Vol. 3), 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice-Revista dos Tribunais, 1990.

HEINICH, Nathalie. *A Sociologia de Norbert Elias*. Bauru-SP: Edusc, 2001.

ITURRA, Raul. *O Imaginário das Crianças: os Silêncios da Cultura Oral*. Lisboa: Fim de Século Edições LDA, 1997.

KUHLMANN, Jr. Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma Abordagem Histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MARANHÃO, José Luiz. *O que é Morte?* São Paulo, Brasiliense, 1992.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 2ª.ed. São Paulo: Loyola, 1998.

OLIVEIRA, Magda C. S. "Lembranças de infância: que história é esta?" Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), 1999.

- OLIVEIRA, Paulo Salles. *Vidas Compartilhadas. Cultura e Co-educação de Gerações na Vida Cotidiana*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 1999.
- PORTELLI, Alessandro. "História Oral como Gênero". In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduanos em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo, nº 22 São Paulo: Educ, jun2001.
- PRIORE, Mary Del (org). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- . "História do Cotidiano e da Vida Privada". In: CARDOSO, C.& VAINFAS, R. *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- POSTMAN, Neil. *O Desaparecimento da Infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999
- SIMSON, Olga Von & DEMARTINI, Zeila. "Vida familiar de diferentes grupos étnicos em São Paulo e Campinas: educação, lazer e consumo cultural em cidades em rápida transformação (1890-1950)". In: *Família em São Paulo: Vivências na Diferença*". São Paulo: CERU-Humanitas. (Coleção Textos. Série 2, n. 7) 1997.
- SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993.
- TEDRUS, Dora, M. *A Relação Adulto Criança: um Estudo Antropológico em Creches e em Escolas de Campinas*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VIDIGAL, Luis. *Os Testemunhos Oraís na Escola: História Oral e Projectos Pedagógicos*. Lisboa: Edições Asa, 1996.